

Relatório de Administração 2020

Introdução: A Administração da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul – Ecosul, em conformidade com as disposições estatutárias legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório de Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício de findo em 31 de dezembro de 2019. **Companhia:** A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul ("Ecosul" ou "Companhia") foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão. A Ecosul administra os segmentos da BR-116 entre Camaquã e Jaguarão e a BR-392 entre Rio Grande e Santana da Boa Vista, denominado como Polo Rodoviário de Pelotas (RS), com 457,3 km de vias federais. A concessão reúne trechos vitais para as economias regional e nacional, sendo o maior deles o "corredor do Mercosul" (BR-116). Grande parte dos veículos que trafega anualmente pelas rodovias administradas pela concessionária é de carga, com destino ao Porto do Rio Grande. Além disso, a Ecosul é o principal acesso para turistas uruguaios em direção ao litoral brasileiro. Nos últimos anos o escopo do Contrato de Concessão está passando por uma evolução dos parâmetros de atendimento, principalmente pela incorporação de segmentos duplicados da BR-116 e BR-392, propiciando a melhoria da prestação de serviços aos seus usuários e agregação de valor. A concessão tem prazo de 25 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. **Destaques operacionais e financeiros:** O volume de tráfego atingiu 24.585 mil veículos equivalentes pagantes em 2020 (-6,9%). A receita líquida atingiu R\$363,8 milhões em 2020. A receita líquida pró-forma (excluindo a receita de construção) totalizou R\$288,6 milhões em 2020 (-6,6%). O EBITDA pró-forma² totalizou R\$214,9 milhões em 2020 (-9,5%) e a margem EBITDA pró-forma², 74,5%.

Destaques (em milhões de R\$)	2020	2019	Var.
Volume de tráfego ¹	24.585	26.412	-6,9%
Tarifa Média	12,84	12,79	0,4%
Receita líquida	363,8	378,4	-3,9%
EBITDA Pró-forma ²	214,9	237,5	-9,5%
Margem EBITDA Pró-forma ²	74,5%	76,9%	-2,4 p.p.
Capex	83,5	83,5	0,1%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

² Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção

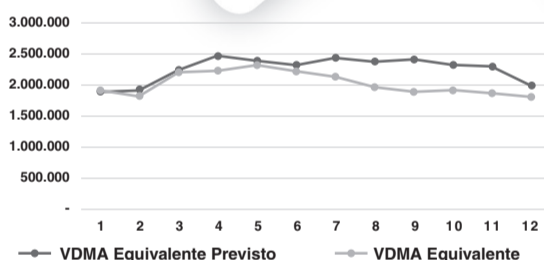
Volume de tráfego: O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 24.585 mil em 2020, redução de 6,9% em relação a 2019. O tráfego de veículos leves apresentou redução de 19,0% devido às medidas de isolamento social adotadas por Estados e Municípios no combate ao Covid-19 a partir da segunda quinzena de março. O tráfego de veículos pesados apresentou redução de 2,7% devido, principalmente, à quebra da safra de soja no Rio Grande do Sul em função da estiagem.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2020	2019	Var.
Leves	5.537	6.838	-19,0%
Pesados	19.048	19.573	-2,7%
Total	24.585	26.412	-6,9%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Caracterização do Tráfego: A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês de 2020, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente, assim como o volume diário médio equivalente previsto na proposta.

Varição mensal do volume no ano base



Tarifa e tarifa média: A tarifa média por veículo equivalente pagante apresentou aumento de 0,4% em 2020.

Tarifa Média (em R\$)	2020	2019	Var.
Ecosul	12,84	12,79	0,4%

Em julho de 2020, foi aprovado o reajuste das tarifas de pedágio da Ecosul da 16ª Revisão Ordinária e 13ª Revisão Extraordinária em 0,78%. No entanto, em agosto, foi publicado no Diário Oficial da União a suspensão do reajuste tarifário. Em dezembro, a ANTT publicou no Diário Oficial da União a homologação do processo de reajuste tarifário mantendo os efeitos da suspensão definida em agosto. O reajuste das tarifas de pedágio da 17ª Revisão Ordinária e 14ª Revisão Extraordinária, previsto para ser realizado em 01 de janeiro de 2021, está em análise pela ANTT. A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo em 31 de dezembro de 2020.

Praça de Pedágio	Valor da tarifa por praça de pedágio em Dezembro (em R\$)							
	Categoria de veículo							
	1	2	3	4	5	6	7	8
P1 CAPÃO SECO	12,30	24,70	37,00	49,30	61,70	74,00	18,50	24,70
P2 CRISTAL	12,30	24,70	37,00	49,30	61,70	74,00	18,50	24,70
P3 GLÓRIA	12,30	24,70	37,00	49,30	61,70	74,00	18,50	24,70
P4 PAVÃO	12,30	24,70	37,00	49,30	61,70	74,00	18,50	24,70
P5 RETIRO	12,30	24,70	37,00	49,30	61,70	74,00	18,50	24,70

Receita bruta: A receita bruta totalizou R\$391,4 milhões em 2020, redução de 4,0% em relação ao ano anterior devido, principalmente, à redução da receita de pedágio. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$27,5 milhões, redução de 5,9% em relação a 2019. **Receitas de Pedágio:** R\$ 315,7 milhões em 2020, redução de 6,5%, em virtude das medidas de isolamento social adotadas por Estados e Municípios no combate ao Covid-19 a partir da segunda quinzena de março. **Receitas Acessórias:** R\$ 0,4 milhão em 2020, estável em comparação com o ano anterior. **Receita de Construção:** R\$ 75,2 milhão em 2020, aumento de 8,2%, devido ao maior nível de obras.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2020	2019	Var.
Receitas de Pedágio	315,7	337,8	-6,5%
Receitas Acessórias	0,4	0,4	-0,5%
Receita de Construção	75,2	69,5	8,2%
Total	391,4	407,7	-4,0%

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$3.891,1 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2020. Para mais informações sobre Receita líquida, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2020	2019	Acumulado até 2018
Receitas de Pedágio	315,7	337,8	2.627,6
Receitas Acessórias	0,4	0,4	7,9
Receita de Construção	75,2	69,5	456,6
Total	391,4	407,7	3.092,1

Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$207,0 milhões em 2020, aumento de 5,6% em relação a 2019. Considerando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$73,7 milhões, crescimento de 3,0%. As principais variações foram:

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2020	2019	Var.
Pessoal	17,3	18,0	-4,2%
Conservação e manutenção	12,7	13,5	-5,9%
Serviços de terceiros	32,3	28,8	12,1%
Seguros, poder concedente e locações	5,3	5,4	-2,6%
Outros	6,2	5,8	7,0%
Custos caixa	73,7	71,5	3,0%
Depreciação e amortização	52,1	48,5	7,4%
Provisão para manutenção	6,0	6,5	-8,6%
Custo de construção de obras	75,2	69,5	8,2%
Total	207,0	196,1	5,6%

Pessoal: R\$17,3 milhões em 2020, redução de 4,2%, devido principalmente, à redução salarial e jornada de trabalho nos meses de maio e junho de 2020 de acordo com a adesão à Lei nº 14.020, diminuição das provisões de reclamações trabalhistas e custos com ônibus fretado; **Conservação e Manutenção:** R\$12,7 milhões em 2020, redução de 5,9%, em função do menor nível das despesas de serviços de conservação vegetal e drenagens. **Serviços de terceiros:** R\$32,3 milhões em 2020, aumento de 12,1%, devido ao incremento dos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela ECS e aos custos com serviços de limpeza. **Seguros, Poder Concedente e Locações:** R\$5,3 milhões em 2020, redução de 2,6% em função da diminuição da parcela variável ao Poder Concedente devido ao menor volume de tráfego de veículos; **Outros:** R\$6,2 milhões em 2020, aumento de 7,0%, devido ao incremento dos custos com condenações cíveis. **Depreciação e Amortização:** R\$52,1 milhões em 2020, aumento de 7,4%, em razão do incremento da base de ativos e atualização da curva de tráfego para amortização dos ativos intangíveis. **Provisão para manutenção:** R\$6,0 milhões em 2020, redução de 8,6%, devido à readequação do cronograma de provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações de pavimentos. **Custo de construção:** R\$75,2 milhões em 2020, aumento de 8,2%, devido ao maior nível de obras contratuais. O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado de R\$1.957,6 milhões desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2020.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2020	2019	Acumulado até 2018
Custos	207,0	196,1	1.554,5

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **EBITDA:** Em 2020, o EBITDA¹ totalizou R\$208,9 milhões. O EBITDA pró-forma², excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção totalizou R\$214,9 milhões em 2020 (margem EBITDA pró-forma² de 74,5%), redução de 9,5% em relação a 2019.

EBITDA (em milhões de R\$)	2020	2019	Var.
Lucro do exercício	96,7	109,5	-11,7%
Depreciação e amortização	52,1	48,5	7,4%
Resultado Financeiro	11,3	17,6	-35,4%
Imposto de renda e contribuição social	48,8	55,3	-11,8%
Receita de Construção	75,2	69,5	8,2%
Custo de Construção	(75,2)	(69,5)	8,2%
EBITDA ¹	208,9	230,9	-9,5%
Margem EBITDA ¹	57,4%	61,0%	-5,9%
Provisão para manutenção	6,0	6,5	-8,6%
EBITDA Pró-Forma ²	214,9	237,5	-9,5%
Margem EBITDA Pró-Forma ²	74,5%	76,9%	-2,4 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com a instrução CVM 527/2012.

² Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção

Resultado financeiro: O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$11,3 milhões, redução de 35,4% em relação aos R\$17,6 milhões negativos em 2019, impactado principalmente pela redução dos juros sobre debêntures líquida em junho de 2020.

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	2020	2019	Var.
Juros sobre debêntures	(4,7)	(17,6)	-73,5%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6,2)	(0,0)	n.m.
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(0,6)	(1,0)	-46,0%
Receitas de aplicações financeiras	1,2	1,9	-38,6%
Outros efeitos financeiros	(1,1)	(0,9)	25,3%
TOTAL	(11,3)	(17,6)	-35,4%

Lucro líquido: Em 2020, a Ecosul apresentou lucro líquido de R\$96,7 milhões, redução de 11,7% em relação a 2019. **Endividamento:** A Ecosul encerrou dezembro de 2020 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo no montante de R\$32,7 milhões e dívida bruta, composta por empréstimos e financiamentos no valor de R\$249,9 milhões, em sua totalidade com vencimento no curto prazo. A dívida com poder concedente era de R\$0,2 milhão e a dívida com Arrendamentos a pagar era de R\$0,6 milhão. A dívida líquida encerrou o ano em R\$217,2 milhões e o indicador de Dívida Líquida/EBITDA pró-forma em 1,0x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 13, 14, 15 e 18 das Demonstrações Financeiras.

Endividamento (em milhões de R\$)	2020	2019	Var.
Curto Prazo	249,9	288,0	-13,2%
Debêntures	-	288,0	-100,0%
Empréstimos e financiamentos	249,9	0,0	n.m.
Longo Prazo	-	-	n.m.
Debêntures	-	-	n.m.
Empréstimos e financiamentos	-	-	n.m.
Dívida Bruta ¹	249,9	288,0	-13,2%
Obrigações com Poder Concedente	0,2	0,3	-9,0%
Arrendamentos a Pagar	0,6	0,1	n.m.
Endividamento Bruto	250,8	288,3	-13,0%
Caixa e equivalentes de caixa	32,7	22,2	47,6%
Endividamento Líquido	218,1	266,2	-18,1%
Dívida Líquida ¹	217,2	265,9	-18,3%

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar

Investimentos: Os investimentos totalizaram R\$83,5 milhões em 2020, devido aos investimentos em manutenção e recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de segurança e recuperação de obras.

CAPEX (em milhões de R\$)	2020		
	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecosul	77,1	6,4	83,5

CAPEX (em milhões de R\$)	2020	2019	2018
Hardware e equipamentos de pedágio	0,6	1,1	0,4
Máquinas e equipamentos/móveis e utensílios	0,3	0,7	0,4
Contrato de concessão	45,5	31,9	72,0
Intangível em andamento	37,0	49,4	9,7
Software de terceiros	0,1	0,3	0,4
Capex Total	83,5	83,5	82,9

A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R\$)	2020	2019	Acumulado Até 2018
Imobilizado	0,9	1,8	20,8
Intangível	82,6	81,6	524,7
Investimentos totais	83,5	83,5	545,5

Valor Adicionado: Em 2020, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$202,9 milhões, isto é, 51,8% de representatividade em relação à receita operacional bruta e 4,9 p.p. inferior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$231,0 milhões e a representatividade de 56,7%.

Demonstração do Valor Adicionado (em milhões de R\$)	2020	2019	Var.
Valor adicionado líquido	202,878	231,007	-12,2%
Receita operacional bruta	391,374	407,703	-4,0%
Representatividade	51,8%	56,7%	-4,9 p.p.

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2020 foi de R\$15,8 milhões.

Impostos Municipais repassados (em milhões de R\$)	2020	2019	Acumulado até 2018
ISS - Imposto Sobre Serviço	15,8	16,9	87,0

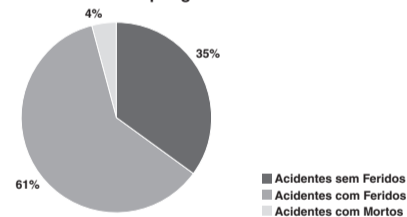
Dividendos e Juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O montante de dividendos e juros sobre capital próprio pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$30,9 milhões, sendo constituído por: (i) R\$30,5 milhões de dividendos remanescentes do exercício de 2019; (ii) R\$0,2 milhão de juros sobre capital próprio do exercício de 2019, ambos aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 15 de abril de 2020; e (iii) R\$0,2 milhão de IRRF de juros sobre capital próprio (dos R\$1,3 milhões contabilizados) do exercício de 2020. O saldo de R\$35,8 milhões de juros sobre capital próprio está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses.

Planejamento e Gestão empresarial: O êxito que as concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes deve-se em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. Em 2020, as atividades relacionadas à gestão da qualidade foram embasadas na norma ISO 9001:2015, compreendendo todos os processos da Companhia, os quais passam por auditorias constantes, tanto internas como externas. Junto a esta certificação, possuímos também as certificações ISO 14001:2015 e OHSAS 18001:2007. Todas as normas formam o Sistema de Gestão Integrada (SGI). O SGI tem política definida, o qual esclarece que buscamos garantir que a Companhia seja referência em gestão sustentável de rodovias, proporcionando mobilidade, conforto e segurança aos usuários e agregando valor ao negócio. Aliado a isso, a busca de um ambiente que garanta a sustentabilidade da concessionária, através da realização de serviços que atendam aos requisitos especificados e ao mesmo tempo preservem o meio ambiente e a integridade física das pessoas envolvidas, assegurando o atendimento das necessidades e expectativas de seus clientes e outras partes interessadas. Estas certificações confirmam o compromisso da Ecosul com o desenvolvimento sustentado do negócio e o alinhamento de sua gestão às melhores práticas de mercado. **Recursos Humanos:** Em 2020, a Companhia investiu R\$20,6 mil (R\$25,0 mil em 2019), em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológicas e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento e de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na concessão são apresentados na tabela abaixo, com as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão em 31 de dezembro de 2020. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000.

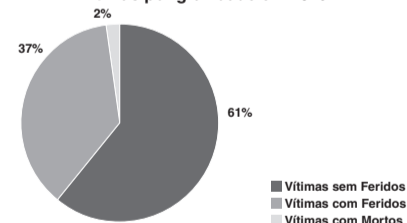
Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	Qtde/VDMAx10.000
Analista de Sistema Rodoviário	2	0,3
Controlador Sistema Rodoviário	10	1,5
Assistente Sistema Rodoviário	10	1,5
Operador Pedágio	126	18,8
Analista Tráfego CCO I	1	0,1
Controlador de CCO	4	0,6
Controlador de Balança	7	1,0
Operador de CCO	7	1,0
Assistente Tráfego	1	0,1
Operador Tráfego	12	1,8
Controlador de Balança	7	1,0
Operador Rodoviário	30	4,5
Auxiliar Atendimento Conservação	12	1,8
Atendente SAU	4	0,6
Total de Pessoal - Operacional	233	34,7
Gerente de Atendimento ao Usuário	1	0,1
Coordenador Sistema Rodoviário	1	0,1
Coordenador Tráfego	1	0,1
Supervisor Sistema Rodoviário	1	0,1
Supervisor Tráfego	1	0,1
Auxiliar Administrativo	1	0,1
Auxiliar de serviços gerais	6	0,9
Total de Pessoal - Pedágio	12	1,8
Total de Pessoal - Concessionária	245	36,5

Indicadores Operacionais: Segurança no Trânsito: Acidentes: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Acidentes por gravidade em 2020

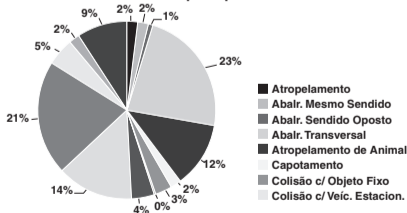


Vítimas por gravidade em 2019



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidentes por tipo em 2020



continuação

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km
Veículo Inspeção Tráfego (VIT)	4	0,9
Guincho Leve	6	1,3
Guincho Pesado	2	0,4
Ambulância	6	1,3
Veículos de Apreensão	2	0,4
Supervisão Resgate	2	0,4
Total de veículos operacionais	22	4,8
Supervisão de Tráfego	1	0,2
Coordenação de Arrecadação	1	0,2
Total de veículos de apoio	2	0,4
Total de veículos aplicados na concessão	24	5,2

Concessionária em números	
Dados anuais e por empresa	Referência
Quilômetros da rodovia	457,3 km
Número de veículos que transitaram	Cat 1: 4.931 milhões Cat 2: 684 milhões Cat 3 a Cat 8: 3.185 milhões
Tarifa	Variado conforme CAT, veja tabela de tarifas
Número de praças de pedágio	5 (cinco)
Número de quilômetros mantidos	457,3 km
Índice de congestionamento	Por velocidade média de veículos
Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	67.173 mil
Equipes utilizadas pela concessionária	245 funcionários
Índices de qualidade de estrada	Não aplicável.
Receita de pedágio em 2020	R\$ 315,7 milhões
Custos associados às receitas de pedágio em 2020	R\$ 131,8 milhões

Fator Trabalho	
Número de trabalhadores	245 funcionários
Despesas com pessoal em 2020	R\$ 17,3 milhões

Fator Capital	
Despesas de depreciação	R\$ 52,1 milhões
Ativo líquido	R\$ 32,7 milhões
Ativo bruto	R\$ 433 milhões
Série histórica dos investimentos	R\$ 712,4 milhões
Custo de oportunidade de capital em 2019	8,47%

Fatores Intermediários	
Despesas em administração	R\$ 17,8 milhões
Despesas em manutenção	R\$ 12,7 milhões
Outras despesas	R\$ 6,2 milhões

Seguridade	
Quantidade de acidentes	Sem feridos: 553 Com feridos: 334 Com mortos: 15

Indicadores	
Tarifa média	R\$ 12,84
Custo por veículo ou km	R\$ 5,36

Balanco Social		
1 - Base de cálculo	2020	2019
	Valor em R\$ mil	Valor em R\$ mil
Faturamento Bruto	391.375	403.703
Receita líquida (RL)	363.829	378.442
Resultado Operacional (RO)	156.836	182.402
Folha de Pagamento bruta (FPB)	17.275	18.041
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	17.275	18.041
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	0	0

2 - Indicadores sociais internos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.983	11%	1%	1.718	10%	0%
Encargos sociais	2.943	17%	1%	3.026	17%	1%
Previdência privada	155	1%	0%	200	1%	0%
Saúde	2.100	12%	1%	2.155	12%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	75	0%	0%	82	0%	0%
Educação	64	0%	0%	49	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	21	0%	0%	20	0%	0%

Creches ou auxílio creche	60	0%	0%	66	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	735	4%	0%	871	5%	0%
Outros	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	8.136	47%	2%	8.187	45%	2%

3 - Indicadores sociais externos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	787	5%	0%	0	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	914	5%	0%
Saúde e saneamento	608	4%	0%	463	3%	0%
Esporte	1071	6%	0%	232	1%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	252	1%	0%
Outros	2306	13%	1%	275	2%	0%
Total de contribuições à sociedade	4772	28%	1%	2136	12%	1%
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais externos	4.772	28%	1%	2.136	12%	1%

4 - Indicadores ambientais	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	526	3%	0%	0	0%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	917	5%	0%	35	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	1.443	8%	0%	35	0%	0%

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	() Não possui metas (X) Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%
--	--	--

5 - Indicadores do corpo funcional		
Nº de colaboradores ao final do período	245	349
Tempo de serviço	12% até seis meses 16% de seis meses a um ano 6% entre um e dois anos 21% entre dois e cinco anos 45% mais de cinco anos	16% até seis meses 12% de seis meses a um ano 7% entre um e dois anos 17% entre dois e cinco anos 48% mais de cinco anos

Nº de admissões durante o período	39	64
Nº de demissões durante o período	36	50
Nº de colaboradores terceirizados	0	592
Nº de estagiários (as)	0	2
Nº de colaboradores com até 18 anos	2	2
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	46	52
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	199	187
Nº de colaboradores acima de 45 anos	46	50
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	165	161
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,0	0,2
Remuneração paga a mulheres no período	1.500	2.606
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	24	42
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0	0
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades esp.	7	6
Total de horas extras trabalhadas	21.448	21.683

Total de horas extras pagas	261.337	21.683
Total de INSS pagos	2.158	2.425
Total de FGTS pago	788	620
Total de Contribuição Sindical paga	39	43
Total de demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	35.294	38.864
Total de CSLL recolhidos no período	14.349	14.886
Total de PIS recolhidos no período	2.063	2.211
Total de COFINS recolhidos no período	9.532	10.224
Total de outros tributos recolhidos no período	15.798	16.896

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	66,79%	31,47%

Número total de acidentes de trabalho	7	0
---------------------------------------	---	---

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
---	---	---

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA	(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA
---	--	--

Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
---	--	--

A previdência privada contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---------------------------------	---	---

A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---	---	---

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos
--	---	---

Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
--	---	---

% de reclamações e críticas solucionadas	91,9% na Concessionária 0% no PROCON 8,1% na Justiça	95,27% na Concessionária 0,00% no PROCON 4,73% na Justiça
--	--	---

Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado	37,3% governo 47,4% acionistas 8,5% colaboradores 6,8% terceiros	36,0% governo 46,6% acionistas 7,7% colaboradores 9,7% terceiros

Relacionamento com os Auditores Independentes: Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2020: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2020 totalizaram R\$56,2 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Concessionária de Rodovias do Sul – Ecosul, declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2020. Pelotas - RS, 10 de março de 2021. **A Administração.**

Demonstração do Resultado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Nota explicativa		
	31/12/2020	31/12/2019	
Receita Líquida	21	363.829	378.442
Custo dos serviços prestados.....	22	(189.228)	(179.330)
Lucro Bruto		174.601	199.112
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas.....	22	(17.775)	(16.755)
Outras receitas (despesas), líquidas.....		10	45
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		156.836	182.402
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras.....	23	1.167	1.903
Despesas financeiras.....	23	(12.511)	(19.471)
		(11.344)	(17.568)
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		145.492	164.834
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes.....	12.b)	(49.516)	(56.022)
Diferidos.....	12.b)	726	698
		(48.790)	(55.324)
Lucro Líquido do Exercício		96.702	109.510
Lucro Líquido por Ação (Em R\$) - Básico e Diluído	24	5,45	6,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Líquido do Exercício.....	96.702	109.510
Outros Resultados Abrangentes.....	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	96.702	109.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanco Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa			Nota explicativa		
	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019	
Ativo Circulante			Passivo e Patrimônio Líquido Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa.....	6	31.427	Fornecedores.....	15.515	8.489	
Aplicação financeiras.....	7	1.295	Empréstimos.....	13	249.935	46
Clientes.....	8	11.201	Debêntures.....	14	-	287.986
Tributos a recuperar.....		5	Arrendamentos a pagar.....	15	239	37
Despesas antecipadas.....		88	Impostos, taxas e contribuições a recolher.....		3.263	3.112
Partes relacionadas.....	16	424	Obrigações sociais e trabalhistas.....		2.551	2.293
Outros créditos.....		577	Partes relacionadas.....	16	1.829	2.596
Total do ativo circulante.....		45.017	Obrigações com Poder Concedente.....	18	232	255
Não Circulante			Provisão para imposto de renda e contribuição social.....	12.c)	2.671	2.408
Depósitos judiciais.....	9	247	Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio a pagar.....		35.728	207
Imobilizado.....	10	5.605	Provisão para manutenção.....	17	8.280	8.272
Intangível.....	11	382.090	Outras contas a pagar.....		759	354
Total do ativo não circulante.....		387.942	Total do passivo circulante.....		321.002	316.055
Total do Ativo	432.959	397.010	Não Circulante			
			Arrendamentos a pagar.....	15	392	14
			Tributos diferidos.....	12.a)	1.551	2.277
			Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias.....	19	1.660	1.743
			Provisão para manutenção.....	17	4.793	4.661
			Outras contas a pagar.....		4.250	3.268
			Total do passivo não circulante.....		12.646	11.963
			Patrimônio Líquido			
			Capital social.....	20.a)	17.755	17.755
			Reserva de lucros - legal.....	20.c)	3.551	3.551
			Reserva de capital - plano de opção com base em ações.....		578	578
			Reserva de capital - ágio na incorporação.....		4.900	4.900
			Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos.....	20.d)	72.527	42.208
			Total do patrimônio líquido.....		99.311	68.992
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido		432.959	397.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

Saldos em 31 de Dezembro de 2018.....	Nota explicativa	Reserva de capital			Reservas de lucros			Total
		Capital social	Plano de opção com base em ações	Ágio na incorporação	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
Dividendos pagos.....		17.755	578	4.900	3.551	21.934	-	48.718
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	(21.934)	-	(21.934)
Destinação do lucro:							109.510	109.510
Juros sobre o capital próprio (R\$0,09 por ação).....		-	-	-	-	-	(1.624)	(1.624)
Dividendos intermediários pagos (R\$3,70 por ação).....	20.d)	-	-	-	-	-	(65.678)	(65.678)
Dividendos adicionais propostos (R\$2,38 por ação).....	20.d)	-	-	-	-	42.208	(42.208)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019.....		17.755	578	4.900	3.551	42.208		

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais						Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Lucro líquido do exercício	96.702	109.510	Juros sobre mútuos - passivos	836	-	Aquisição de imobilizado	(860)	(1.819)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido			Varição nos ativos operacionais:			Aquisição de intangível	(74.932)	(72.863)
com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			Clientes	467	(1.239)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(75.792)	(74.682)
Depreciações e amortizações	52.110	48.537	Tributos a recuperar	62	(21)			
Perda/baixa de ativo imobilizado	161	197	Partes relacionadas - clientes	(374)	-	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e arrendamentos	10.942	17.788	Despesas antecipadas	17	(94)	Aplicações financeiras	(796)	(499)
Constituição de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	481	812	Depósitos judiciais	59	56	Partes relacionadas - mútuos	(836)	-
Atualização monetária de perdas cíveis e trabalhistas	449	1.272	Outros créditos	248	(108)	Captação de empréstimos e financiamentos	248.616	-
Constituição de provisão para manutenção	5.969	6.528	Varição nos passivos operacionais:			Pagamentos de empréstimos	(248.495)	(316)
Atualização monetária provisão para manutenção	555	1.028	Fornecedores	7.026	(299)	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(30.862)	(89.289)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(3)	(6)	Obrigações sociais e trabalhistas	258	(407)	Juros pagos sobre empréstimos, debêntures e arrendamentos	(49.610)	(3.461)
Juros capitalizados	(1.325)	(1.967)	Impostos, taxas e contribuições a recolher	151	505	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(81.983)	(93.565)
Tributos diferidos	(726)	(698)	Partes relacionadas - fornecedores	(767)	(2.011)			
Obrigações com Poder Concedente	3.174	3.378	Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(1.013)	(1.845)	Aumento (Redução) Líquido do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.762	(5.339)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	9	2	Outras contas a pagar	1.387	820	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.665	27.004
Provisão para imposto de renda e contribuição social	49.516	56.020	Pagamento de provisão para manutenção	(6.384)	(6.801)	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	31.427	21.665
			Pagamento de Obrigações com poder concedente	(3.197)	(3.355)			
			Imposto de renda e contribuição social pagos	(49.253)	(64.694)	Aumento (Redução) Líquido do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.762	(5.339)
			Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	167.537	162.908			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais: A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL ("Ecosul" ou "Companhia") foi constituída em 19 de janeiro de 1998 com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão do denominado Polo Rodoviário de Pelotas. A sede da Companhia fica localizada na BR 116, km 511, Bairro Retiro, no município de Pelotas - RS. O fim da concessão está previsto para março de 2026. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 18. A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 09 de março de 2021. a) Impactos COVID-19: Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus ("COVID-19") constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a OMS declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia. Os governos passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. Com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, o Governo publicou através de decretos e medidas provisórias diversas medidas de auxílio econômico e financeiro. A maior parte dessas medidas, tem caráter temporário e servirá para mitigar os impactos da pandemia para os próximos meses. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotaram as seguintes medidas:

- Postergação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS"), conforme previsto nos artigos 19 e 20 da Medida Provisória nº 927, publicada em 22 de março de 2020, referente às competências de março, abril e maio pagos a partir de julho/2020 em seis (6) vezes, de julho até dezembro/2020;
- Adesão da Medida Provisória nº 936, publicada em 01 de abril de 2020, convertida na Lei nº 14.020, publicada em 7 de julho de 2020, com redução salarial e jornada de trabalho em até 40% nos meses de maio e junho de 2020;
- Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (Sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 932, publicada em 31 de março de 2020;
- Utilização do fundo denominado da Previdência Privada para pagar as faturas do benefício de maio a agosto de 2020;
- Postergação do recolhimento do Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") relativos à competência março e abril para os meses de setembro e outubro/2020, respectivamente, conforme portaria nº 139 do Ministério da Economia publicada em 3 de abril de 2020;
- Postergação do recolhimento do Imposto Sobre Serviços ("ISS") em conformidade com os decretos divulgados de cada município; e
- A Administração da Companhia não pode prever a extensão e a duração das medidas adotadas pelo governo no país, portanto, não pode prever todos os impactos diretos e indiretos da COVID-19 nos resultados operacionais e condição financeira, incluindo:
 - desempenho da demanda de tráfego de veículo de passeio e comercial;
 - o impacto nos custos ou no acesso a capital e recursos de financiamento e na capacidade de cumprir os covenants dos contratos de crédito; e
 - incorrerá em contingências relevantes relacionadas à COVID-19. No entanto, com base nas incertezas mencionadas acima, a Companhia vem monitorando a evolução da pandemia causada pelo COVID-19. A controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística ("EIL") criou comitês de crise, incluindo pessoas chaves para monitorar, analisar e decidir as ações para minimizar os impactos, garantindo a continuidade das operações e promovendo principalmente a saúde e segurança para todos os colaboradores envolvidos em suas operações, bem como a adoção do trabalho remoto para todos os funcionários que possam realizar suas atividades fora das instalações da Companhia. O Grupo EcoRodovias vem contando com empresas parceiras para ação de apoio aos caminhoneiros. Estas empresas parceiras juntaram-se as concessionárias para ampliar o atendimento que já vinha sendo feito aos caminhoneiros desde o início da pandemia, a ação conta com distribuição de marmittas, entrega de kits de higiene contendo sabonete, álcool gel, luvas e máscaras de proteção, e doação de alimentos não perecíveis. Os itens têm sido entregues nas bases de atendimento aos usuários, postos policiais e em postos de serviço instalados ao longo das rodovias. As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução dos cenários globais. Na data base de 31 de dezembro de 2020 a Companhia realizou o teste de impairment (vide Nota Explicativa nº 11) e não identificaram impacto nos resultados.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados: a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: i) Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: ii) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao

valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 23). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descausamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantido para negociação; ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Contratos de garantia financeira:** Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração

revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e equilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment descritos na Nota Explicativa nº 11, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. c) Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, a ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) Custos de empréstimos e financiamentos e debêntures: Os custos de empréstimos e financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, empréstimos, empréstimos e debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefício econômico futuro fluirá para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de transações na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. g) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas: Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2020 pelo "International Accounting Standards Board - IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00/R2) (vigência a partir de 01/01/2020)	Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRS e sua adoção não provocou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

h) Novas normas ainda não vigentes:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 17 - Contratos de seguros (vigência a partir de 01/01/2023)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11). A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O modelo geral utiliza premissas atuais para estimativa de valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros de mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 17 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 1 - Classificação de passivos como Circulantes ou não Circulantes (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)	As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 3 - Referência a Estrutura Conceitual (vigência a partir de 01/01/2022, porém permite adoção antecipada, desde que adote todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes)	As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do IFRIC 21 - Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios).	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 3 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações à IAS 16 - Imobilizado - Recursos antes do uso pretendido (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida adoção antecipada)	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondente custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 32 - Estoques. As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel de terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente incluam(m) esses recursos e custos.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 37 - Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida adoção antecipada)	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 37 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida adoção antecipada)	As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas: IFRS 1 - Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controlada para Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controlada adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a). IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece que ao aplicar o teste de "10%" para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. IFRS 16 - Arrendamentos: A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. IAS 41 - Agricultura: A alteração exclui a exigência na IAS 41 para entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 às exigências na IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.	A Administração da companhia está avaliando os impactos da IFRS 1, da IFRS 9, da IFRS 16 e da IAS 41 e entende que suas adoções não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

i) Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações. j) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

4. Principais Usos de Estimativas e Julgamentos: A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • Impairment: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **Contabilização do Contrato de Concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. **A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01 Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. **Capitalização dos custos dos empréstimos:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.e, o Grupo capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida individualmente em cada concessionária, dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. **Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para manutenção e construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 8,61% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada no Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês), calculado por consultoria externa. b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 18.

5. Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas: As normas, alterações e interpretações existentes com adoção inicial em 1º de janeiro de 2020 não tem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa: Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	1.527	3.542
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	28.062	5.149
Operações compromissadas (b)	-	6.502
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	2.098
Aplicações automáticas (d)	1.838	4.374
	31.427	21.665

a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor. Em virtude do cenário declarado pela OMS em março de 2020 o surto do COVID-19 e visto que os governos têm tomado medidas restritivas, cujo potencial de afetar a economia é significativo as incertezas do mercado econômico, a companhia preservando a transparência e o conservadorismo dos ativos financeiros e visando a gestão de caixa passou por uma revisão nas aplicações financeiras, readequando a carteira do fundo de investimento para assegurar o caixa da Companhia. O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos. Em 31 de dezembro de 2020 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 95,6% em Certificado de

Depósito Bancário (CDB), 4,4% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7). (Em 31 de dezembro de 2019 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários, era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas, 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 101,0% em 31 de dezembro de 2020 (98,0% em 31 de dezembro de 2019) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 75% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (75% em 31 de dezembro de 2019), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF. c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 101,17% do CDI em 31 de dezembro de 2020, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações rentáveis.

7. Aplicações Financeiras:

	31/12/2020	31/12/2019
Recursos não vinculados	1.295	499
	1.295	499

Os recursos referem-se a aplicações financeiras em LTN over (Letras do Tesouro Nacional) remunerado à taxa de 101,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. As referidas aplicações possuem liquidez imediata.

8. Clientes: Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	2,7	6,5	7,9	7,0	-	0,4	-
Custo							
Saldos em 31/12/2019	17.896	6.623	2.285	1.018	9	894	28.725
Adições	600	200	38	22	-	-	860
Baixas	-	(47)	-	(78)	-	-	(125)
Transferências	68	(4)	-	451	-	-	515
Saldos em 31/12/2020	18.564	6.772	2.323	1.413	9	894	29.975
Depreciação							
Saldos em 31/12/2019	(15.999)	(3.960)	(1.392)	(948)	-	(877)	(23.176)
Adições	(484)	(431)	(183)	(98)	-	(4)	(1.200)
Baixas	-	35	-	67	-	-	102
Transferências	(3)	-	-	(93)	-	-	(96)
Saldos em 31/12/2020	(16.486)	(4.356)	(1.575)	(1.072)	-	(881)	(24.370)
Residual							
Em 31/12/2020	2.078	2.416	748	341	9	13	5.605
Em 31/12/2019	1.897	2.663	893	70	9	17	5.549
	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	2,7	6,0	8,0	26,8	-	0,4	-
Custo							
Saldos em 31/12/2018	17.062	6.059	2.152	1.018	9	894	27.194
Adições	1.086	600	133	-	-	-	1.819
Baixas	(252)	(36)	-	-	-	-	(288)
Saldos em 31/12/2019	17.896	6.623	2.285	1.018	9	894	28.725
Depreciação							
Saldos em 31/12/2018	(15.779)	(3.618)	(1.215)	(675)	-	(873)	(22.160)
Adições	(472)	(378)	(177)	(273)	-	(4)	(1.304)
Baixas	252	36	-	-	-	-	288
Saldos em 31/12/2019	(15.999)	(3.960)	(1.392)	(948)	-	(877)	(23.176)
Residual							
Em 31/12/2019	1.897	2.663	893	70	9	17	5.549
Em 31/12/2018	1.283	2.441	937	343	9	21	5.034

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Veículos", estavam vinculados como garantia dos empréstimos (vide Nota Explicativa nº 13). A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

11. Intangível: Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	Contratos de concessão	Intangível em andamento (i)	Softwares em terceiros (ii)	Adoção de CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	-	(ii)	10,6	-	-
Custo					
Saldos em 31/12/2019	516.448	71.881	2.505	316	591.150
Adições	39.107	37.017	133	-	76.257
Baixas	(137)	-	(1)	-	(138)
Transferência	57.009	(57.524)	-	-	(515)
Direito de uso - CPC 06 (R2)	-	-	-	1.030	1.030
Saldos em 31/12/2020	612.427	51.374	2.637	1.346	667.784
Amortização					
Saldos em 31/12/2019	(232.877)	-	(1.709)	(294)	(234.880)
Adições	(50.201)	-	(272)	(437)	(50.910)
Transferência	96	-	-	-	96
Saldos em 31/12/2020	(282.982)	-	(1.981)	(731)	(285.694)
Residual					
Em 31/12/2020	329.445	51.374	656	615	382.090
Em 31/12/2019	283.571	71.881	796	22	356.270

	Contratos de concessão	Intangível em andamento (i)	Softwares em terceiros (ii)	Adoção de CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - % (i)	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - % (ii)	-	(ii)	10,2	-	-
Custo					
Saldos em 31/12/2018	508.154	5.980	2.067	-	516.201
Adições	25.146	49.369	315	-	74.830
Baixas	(122)	(75)	-	-	(197)
Transferência	(16.730)	16.607	123	-	-
Direito de uso - CPC 06 (R2)	-	-	-	316	316
Saldos em 31/12/2019	516.448	71.881	2.505	316	591.150
Amortização					
Saldos em 31/12/2018	(186.178)	-	(1.469)	-	(187.647)
Adições	(46.699)	-	(240)	(294)	(47.233)
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2019	(232.877)	-	(1.709)	(294)	(234.880)
Residual					
Em 31/12/2019	283.571	71.881	796	22	356.270
Em 31/12/2018	321.976	5.980	598	-	328.554

A composição está assim representada:

	31/12/2020	31/12/2019
Pedágio eletrônico (a)	10.783	11.323
Receitas acessórias (b)	27	1
Outras contas a receber	417	370
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-
- PECLD (c)	(26)	(17)
	11.201	11.677

a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão. c) O valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	11.201	11.676
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 90 dias	-	1
De 90 a 120 dias	-	-
Acima de 120 dias	26	17
	11.227	11.694

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	17	15
recuperados e baixados	-	(4)
Constituição de PECLD	9	6
Saldo no fim do exercício	26	17

9. Depósitos Judiciais: A natureza dos depósitos judiciais são:

	31/12/2020	31/12/2019
Natureza		
Trabalhista	247	303
	247	303

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas. As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 19 Provisão para Perdas Cíveis, Trabalhistas e Tributárias.

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	303	353
Adições	27	53
Baixas	(86)	(109)
Atualização monetária	3	6
Saldo no fim do exercício	247	303

10. Imobilizado: Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	2,7	6,0	8,0	26,8	-	0,4	-
Custo							
Saldos em 31/12/2018	17.062	6.059	2.152	1.018	9	894	27.194
Adições	1.086	600	133	-	-	-	1.819
Baixas	(252)	(36)	-	-	-	-	(288)
Saldos em 31/12/2019	17.896	6.623	2.285	1.018	9	894	28.725
Depreciação							
Saldos em 31/12/2018	(15.779)	(3.618)	(1.215)	(675)	-	(873)	(22.160)
Adições	(472)	(378)	(177)	(273)	-	(4)	(1.304)
Baixas	252	36	-	-	-	-	

continuação a seguinte composição:

	Balanco patrimonial			Resultado	
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	31/12/2020
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias ...	592	21	(50)	563	(29)
Provisão para manutenção.	4.397	2.218	(2.170)	4.445	48
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	(8.653)	-	1.384	(7.269)	1.384
Juros capitalizados	(843)	(451)	114	(1.180)	(337)
Realização do ágio na incorporação.....	2.228	-	(350)	1.878	(350)
Outros.....	2	10	-	12	10
IR e CS diferido - ativo/(passivo) (i)	(2.277)	1.798	(1.072)	(1.551)	-
Receita (despesas) de IR e CS diferido	-	-	-	-	726

(i) Em atendimento ao CPC 32 Tributos sobre o Lucro item 73, registramos em 31 de dezembro de 2020 R\$1.551 no passivo não circulante (R\$2.277 em 31 de dezembro de 2019). A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2020	31/12/2019
2020.....	-	1.199
2021.....	1.124	1.199
2022.....	1.114	(1.074)
2023.....	(1.159)	(1.074)
2024.....	(1.159)	(1.074)
2025.....	(1.158)	(1.163)
Posteriores a 2025	(313)	(290)
	(1.551)	(2.277)

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social.....	145.492	164.834
Alíquota fiscal vigente.....	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(49.467)	(56.044)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Lucros não realizados		
Gratificações/PPR diretores	(63)	(97)
Juros sobre o capital próprio	435	552
Despesas indedutíveis	(4)	(3)
Incentivos fiscais (PAT)	292	266
Outros.....	17	2
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	(48.790)	(55.324)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(49.516)	(56.022)
Impostos diferidos	726	698
Taxa efetiva.....	33,5%	33,6%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício provisão IR/CS.....	2.408	11.082
Despesa IR/CS DRE	49.516	56.020
Total de IR/CS pagos.....	(49.253)	(64.694)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	2.671	2.408

13. Empréstimos:

Credor	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2020	31/12/2019
Finame (a)	11/2020	6,0% a.a.	-	46
CCB (b)	06/2021	CDI + 1,85% a.a.	249.935	-
			249.935	46

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício.....	46	97
Adições.....	248.616	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 23).....	6.210	4
Pagamento principal.....	(46)	(51)
Pagamento de juros.....	(4.891)	(4)
Saldo no fim do exercício.....	249.935	46

Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias	Exigido	Medido
Itaú (a)	Não exigem manutenção de índices	Alienação do bem	≤ 3,75	1,01
Santander (b)	Dívida Líquida / EBITDA <= 3,75	N/A		

14. Debêntures: A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2020	31/12/2019
1ª Emissão	05/2020	107,0% CDI a.a.	-	50.085
2ª Emissão	06/2020	110,75% CDI a.a.	-	59.775
3ª Emissão	06/2020	107,0% CDI a.a.	-	178.126
			-	287.986

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício.....	287.986	273.659
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº23).....	4.692	17.628
Pagamento de principal.....	(247.999)	-
Pagamento de juros.....	(44.679)	(3.301)
Saldo no fim do exercício.....	-	287.986

1ª Emissão: Em 17 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$148 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04 de março de 2016, 105,7% do CDI over quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017, 115,0% do CDI over, quitado (iii) de 15 de maio de 2017 a 15 de maio de 2020, 107,0% do CDI over, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2020. A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada. A referida debenture foi quitada em 15 de maio de 2020. 2ª Emissão: Em 17 de janeiro de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 107,5% do CDI over, pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 17 dos meses de junho e dezembro, o primeiro pagamento foi efetuado em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2018. Em 11 de junho de 2018, foi firmado um aditivo à 2ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data de vencimento das Debêntures para 17 de junho de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das Debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 110,75% do CDI sendo o primeiro pagamento em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2020. A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada. A referida debenture foi quitada em 17 de junho de 2020. 3ª Emissão: Em 2 de junho de 2017, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 107,0% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020. A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada. A referida debenture foi quitada em 02 de junho de 2020.

15. Arrendamentos a Pagar: As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações brutas de arrendamentos - pagamentos		
minimos de arrendamento.....	631	51
Circulante	239	37
Não circulante.....	392	14

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício.....	51	-
Adições.....	1.030	316
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 23).....	40	156
Pagamento principal.....	(450)	(265)
Pagamento de juros.....	(40)	(156)
Saldo no fim do exercício.....	631	51

16. Partes Relacionadas: A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (arm's length basis). Em 31 de

dezembro de 2020 e de 2019, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Outras partes relacionadas
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (d)	Outras partes relacionadas
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (e)	Outras partes relacionadas
Total em 31 de dezembro de 2020	-
Total em 31 de dezembro de 2019	-

a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$ 22.690. O saldo em aberto de R\$1.768 em 31 de dezembro de 2020 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores (b) A companhia e sua controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Companhia cede para sua controladora o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra Óptica (Ecosul loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor de permissão de uso. c) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º, salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores. d) Reembolso referente a operações Visa Vale, depositado erroneamente pela operadora Cielo na Eco135, sendo o valor pertencente a Ecosul. e) Refere-se ao aluguel do imóvel onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo a vencer tem vencimento em 30 dias. Remuneração dos administradores Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2020 em R\$980 (em 31 de dezembro de 2019 no montante R\$1.025). A remuneração aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração (fixa/variável).....	645	742
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	20	13
Seguro de vida	2	2
Assistência saúde.....	66	82
Previdência privada	41	29
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS)	155	147
	929	1.015

17. Provisão para Manutenção: Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente à taxa de 8,61% ao ano, correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada dois anos, estando demonstrado a seguir:

	31/12/2019	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2020
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 22).....	58.881	6.949	-	-	65.830
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 22).....	(5.622)	(980)	-	(6.602)	-
Realização da manutenção	(45.014)	-	(6.384)	-	(51.398)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 23)	4.688	-	-	555	5.243
	12.933	5.969	(6.384)	555	13.073
Circulante	8.272	-	-	-	8.280
Não circulante.....	4.661	-	-	-	4.793

	31/12/2018	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2019
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 22).....	51.713	7.168	-	-	58.881
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 22).....	(4.982)	(640)	-	(5.622)	-
Realização da manutenção	(38.213)	-	(6.801)	-	(45.014)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 23)	3.660	-	-	1.028	4.688
	12.178	6.528	(6.801)	1.028	12.933
Circulante	7.847	-	-	-	8.272
Não circulante.....	4.331	-	-	-	4.661

18. Obrigações com Poder Concedente:

	31/12/2020	31/12/2019
Parcela variável	232	255

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação do pedágio. A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício.....	255	232
Custo (vide Nota Explicativa nº 22)	3.174	3.378
Pagamento do principal.....	(3.197)	(3.355)
Saldo no final do exercício.....	232	255

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2020, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão de 2020 ao fim da concessão	31/12/2020	31/12/2019
Natureza dos custos			
Melhorias na infraestrutura.....	52.854	104.633	
Conservação especial (manutenção)	181.740	164.366	
Equipamentos.....	39.798	38.317	
Total	274.392	307.316	

19. Provisão para Perdas Cíveis e Trabalhistas: Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	1.303	440	1.743
(+/-) Complemento (reversão) de provisão.....	440	41	481
(-) Pagamentos.....	(749)	(264)	(1.013)
(+) Atualização monetária	372	77	449
Saldos em 31 de dezembro de 2020.....	1.366	294	1.660

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.249	255	1.504
(+/-) Complemento (reversão) de provisão.....	424	388	812
(-) Pagamentos.....	(1.495)	(350)	(1.845)
(+) Atualização monetária	1.125	147	1.272
Saldos em 31 de dezembro de 2019.....	1.303	440	1.743

a) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$25.287 em 31 de Dezembro de 2020 (R\$47.202 em 31 de dezembro de 2019), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. b) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de Dezembro de 2020, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$2.274 (R\$2.328 em 31 de dezembro de 2019), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão. c) Processos tributários: Em 31 de Dezembro de 2020, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R\$15.411 (R\$15.089 em 31 de dezembro de 2019), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

20. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social é de R\$17.755, representado por 17.755.000 ações ordinárias nominativas sem valor

Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receita	Custo	Resultado Despesas
-	1.768	-	12.887	6.639
-	-	322	-	322
69	-	-	-	-
355	-	-	-	-
-	61	-	-	715
424	1.829	322	12.887	7.676
50	2.596	300	11.212	6.572

nominal. b) Capital autorizado: Conforme o Estatuto Social da Companhia, fica autorizado o aumento do capital social, de forma total ou parcial, independentemente de reforma estatutária, até atingir o limite de R\$30.000, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, que fixará o preço de emissão e as demais condições da respectiva colocação. c) Reserva de lucros - legal: É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o saldo é de R\$3.551, o qual atingiu o limite de constituição de reserva. d) Dividendos e juros sobre o capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O montante de dividendos e juros sobre capital próprio pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de R\$30.862 refere-se a: (i) R\$30.463 de dividendos remanescentes do exercício de 2019; (ii) R\$207 de juros sobre capital próprio do exercício de 2019, ambos aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 15 de abril de 2020; e (iii) R\$ 192 de IRRF de juros sobre capital próprio (dos R\$1.280 contabilizados) do exercício de 2020. O saldo de R\$35.728 de juros sobre capital próprio está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício.....	96.702	109.510
Dividendos intermediários pagos	-	(65.678)
Juros sobre o capital próprio pagos	(1.280)	(1.624)
Dividendos mínimos obrigatórios	(22.895)	-
Dividendos adicionais propostos (*)	(72.527)	(42.208)

(*) Os dividendos adicionais propostos sobre ações ordinárias estão sujeitos à aprovação na assembleia geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2020. e) Reserva de capital - ágio na incorporação: Em 31 de agosto de 2009, a Ecosul Participações Ltda. foi incorporada pela Ecosul, gerando um aumento da reserva

continuação

como capital. **Considerações gerais:** • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras: são formados por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 101,0% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (87,8% em 31 de dezembro de 2019). • Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Empréstimos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado. **Valor justo de ativos e passivos financeiros:** Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos (ii).....	Valor justo através do resultado	1.527	1.527
Clientes (i).....	Custo amortizado	11.201	11.201
Aplicações financeiras (ii).....	Valor justo através do resultado	31.195	31.195

Passivos:.....			
Fornecedores (i).....	Custo amortizado	15.515	15.515
Empréstimos e financiamentos (iii).....	Custo amortizado	249.935	249.801
Arrendamentos a pagar (iii).....	Custo amortizado	631	631
Obrigações com Poder Concedente (iii).....	Custo amortizado	232	232
Phantom Stock Option (iv).....	Custo amortizado	20	20
(i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (ii) Os saldos de caixas, bancos e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço patrimonial. (iii) Os empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (iv) O valor do Phantom Stock Option está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas. Gestão de riscos: A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:			

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio

das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: • Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e • Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco. A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente. A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças. Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional. No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas. A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) de R\$6.289 (R\$6.691 em 31 de dezembro de 2019), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do

monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
CCB.....	CDI+1,85% a.a.	254.575	-	-	-
Arrendamento a pagar.....	Cfe contrato individual	239	149	73	170
		254.814	149	73	170

Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	1.048	1.310	1.572
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(7.204)	(8.346)	(9.480)
Juros a incorrer, líquidos		(6.156)	(7.036)	(7.908)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Índice	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	4,42%	5,53%	6,63%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E - Dezembro/2020. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

26. Demonstrações dos Fluxos de Caixa: a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 6. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Transações que não envolvem caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2020
Direito de uso - CPC 06 (R2).....	1.030

27. Informação por Segmento de Negócio: A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

Conselho de Administração

Membros Efetivos: **NICOLÒ CAFFO** (Presidente do CA)
MARCELLO GUIDOTTI
MARCELO LUCON
ALBERTO LUIZ LODI

Diretoria

Diretor Presidente - **ALBERTO LUIZ LODI**
Diretor Superintendente - **FABIANO MARTINS DE MEDEIROS**

Contadora: **Ana Sílvia de Almeida**
CRC SP 159542/O-3 RS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 21 de fevereiro de 2020, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma

relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro,

planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2021

 PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP00160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7